
CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – CTAS
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 58ª REUNIÃO

5 Data: 29, 30 e 31 de outubro de 2007.

6 Local: Gramado Tênis Clube: Rua Ângelo Bisol, 223 Bairro Centro, Gramado – RS.

8 **REPRESENTANTES:**

9•**Ministério do Meio Ambiente/SRHU:** Daniel Martinelli Duarte – daniel.duarte@mma.gov.br

10•**Ministério do Meio Ambiente/ANA:** Fabrício Bueno da Fonseca Cardoso -
11 fabricao.cardoso@ana.gov.br

12•**Ministério da Saúde:** Paulo Renato da Silva Abbad - pabbad@gmail.com

13•**Ministério de Minas e Energia:** Emanuel Teixeira de Queiroz -

14 emanuel.queiroz@dnpm.gov.br

15•**Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES:** Elene Zavoudakis –

16 ezavoudakis@iema.es.gov.br

17•**Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PE/PB:** Waldir Duarte Costa -

18 wdcosta@ibest.com.br

19•**Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL:** Vera Lucia Lopes de Castro -

20 veracastro@rn.gov.br

21•**Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PR/MT:** Everton Luiz da Costa Souza-

22 veto@suderhsa.pr.gov.br

23•**Conselho Estadual de Recursos Hídricos – BA/CE:** Luiz Henrique Guimarães Batista -

24 batista@srh.ba.gov.br

25•**Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ:** ausência.

26•**Indústrias:** José Felipe Pereira Neto - jose.felipe@cverd.com.br

27•**Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:** Elza

28 de Abreu Costa – elza.abreu@cesan.com.br

29•**Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo:** Wilson

30 de Azevedo Filho - azefilho@hotmail.com

31•**Irrigantes:** ausência.

32•**Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** Osmar José

33 Gualdi - comitepardo@serhs.sp.gov.br

34•**Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** João Carlos Simanke de Souza –

35 jsimanke@terra.com.br

36•**Organizações Não Governamentais:** Lisiane Becker - miraserra@miraserra.org.br

37

38 **DEMAIS PRESENTES:**

39– Eduardo Bessa (PETROBRAS) - embessa@petrobras.com.br

40– José Roberto Centeno Cordeiro (CVRD) - jose.centeno@cverd.com.br

41– Nédio Carlos Pinheiro (CERH/MT) - nedio@terra.com.br

42– Mario Wrege (ABAS) - wrege.m@fem.com.br

43– Daniela Mattiaso (Revista ABAS) - danielamattiaso@gmail.com

44

45 **RELATORIA:**

46– Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA) - daniel.duarte@mma.gov.br

47 –

48 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

49 Às 9h e 20 min. do dia 29 de outubro do corrente ano, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza**

50 (OTEP), Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, deu início à sua 58ª

51 reunião pelo **Item 1 – Abertura e Informes da Presidência**. Deu bom dia a todos, lembrou que a

52 gravação será feita digitalmente e é necessário utilizar o microfone para pronunciamento,

53agradeceu as presenças e pediu aos participantes que se apresentarem. Em seguida, passou a
54palavra ao **Sr. Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA)**, relator e representante da CTAS, para
55apresentar os informes. O **Sr. Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA)** falou que uma das
56demandas seria tratar da proposta de resolução CONAMA sobre “Classificação e Diretrizes para
57o Enquadramento de Águas Subterrâneas” requisitada pela conselheira Patrícia Boson. Porém, a
58conselheira enviou um email dizendo estar satisfeita com a proposta final do GT-CONAMA que
59tratou do tema. Informou que a proposta seguiu para a reunião da CTCQA/CONAMA e foi
60aprovada sem alterações de mérito em sua reunião de número 24, nos dias 26 e 27 de setembro,
61seguindo para a CTAJ/CONAMA para a análise jurídica. Disse que não houve nenhuma
62solicitação formal para análise da proposta CONAMA direcionada à Câmara. Deu conhecimento
63que houve uma substituição de representação do CERH/SP retirando o Sr. Elcio Linhares
64Silveira e incluindo o Sr. Gerônimo Albuquerque Rocha. Finalizados os informes o **Sr. João**
65**Carlos Simanke de Souza (OTEP)** passou ao *Item 2 – Aprovação da Ata da 57ª Reunião da*
66**CTAS**. Disse que o relator não teve condições para finalizar a ata com a qualidade devida,
67transferindo esse item para a próxima reunião da CTAS. O **Sr. Daniel Martinelli Duarte**
68**(SRHU/MMA)** justificou a ausência da ata dizendo ter feito um curso no período da manhã, o
69que ocupava seu tempo neste horário. Outro fator foram as várias demandas vindas da SRHU,
70como o seu planejamento estratégico e orçamentário, além do programa de atividades da
71Secretaria Executiva do CNRH. Disse que houve diminuição do pessoal na Gerência, o que
72causou o acréscimo de trabalho, sem aumento de remuneração, diminuindo o tempo para tratar
73dos encaminhamentos da CTAS. O **Sr. Emanuel Teixeira (MME)** perguntou se a proposta de
74resolução do CONAMA sobre Águas Subterrâneas, não deveria ser analisada pela CTAS. O **Sr.**
75**João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** explicou que é do CONAMA, exclusivamente, a
76competência para tratar este tema e que nenhum pedido oficial, quanto a manifestação, chegou à
77CTAS. Posteriormente, seguiu ao *Item 3 – Continuidade das discussões sobre a proposta de*
78**Resolução de Diretrizes para Proteção e Conservação das Águas Subterrâneas**. Falou que a
79pauta está concentrada em finalizar a proposta de resolução para que esta seja analisada na 98ª
80reunião da CTIL e, em seguida, entrar na pauta da plenária do CHRH que acontecerá em
81dezembro próximo. Informou que os presentes na reunião necessitam identificar-se na secretaria
82dos eventos XV Encontro Nacional de Perfuradores de Poços e I Simpósio de Hidrogeologia do
83Sul-Sudeste para ter livre acesso e participar de suas palestras, mesas redondas e sessões
84técnicas. Destacou a palestra sobre a nova lei de saneamento, Lei nº 11.445, que acontecerá dia
8530 de novembro das 17 às 19 e 30 horas, pois seu artigo 45 causou a interpretação da
86impossibilidade de perfuração de poços como fonte alternativa para abastecimento, se o local já
87possuir empresa de distribuição de águas. Os representantes e demais presentes iniciaram os
88debates a partir dos art. 11 da proposta de resolução. Decidiram por unanimidade retirar o
89parágrafo 2º. Comentaram a importância do monitoramento dos aquíferos e que este deve ser
90amplo e efetivo. Lembraram que a Argentina faz o monitoramento do Aquífero Mendonça a
91mais de 40 anos com resultados satisfatórios para sua gestão. Retiraram a palavra injeção
92artificial, pois concluíram que poderia abrir espaço a contaminação das águas subterrâneas por
93esse método. Defenderam a importância de proteger a área de recarga, pois esta é a interface
94entre águas superficiais e subterrâneas, além de ser o aporte subterrâneo de grande importância
95para a perenidade de vários rios, lagos e lagoas. Após debates, chegaram a um bom termo para o
96artigo. Após o almoço, os representantes da CTAS participaram da palestra “O Ministério
97Público e as Águas Subterrâneas”. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** reiniciou a
98reunião, às 9h do dia 30, prosseguindo com *Item 3 – Continuidade das discussões sobre a*
99**proposta de Resolução de Diretrizes para Proteção e Conservação das Águas Subterrâneas**. O
100**Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** revisou as decisões sobre a melhor redação e
101conteúdo para o artigo 11 e perguntou aos representantes se havia mais alguma proposta para
102melhorar o referido item. Pediu para formatar o caput e seus incisos em automático, pois já havia
103consenso sobre este e abriu a palavra para discussão do parágrafo único. Os presentes lembraram
104da conexão existente entre o referido parágrafo e o artigo sexto da proposta que tratam sobre

105 monitoramento. Discutiram se realmente havia necessidade de monitorar a qualidade da água
106 captável e captada pelo empreendedor. Após debates, concluíram que a simples captação de água
107 subterrânea pode alterar a sua qualidade, como acontece com aquíferos sobre a influência da
108 cunha salina. Relataram que o técnico, do órgão gestor, designado para verificar a possibilidade
109 de concessão de outorga deve direcionar os aspectos a serem monitorados conforme o uso
110 pretendido. Debateram quem seria responsável pelo monitoramento: pessoa física, jurídica ou
111 ambas. Foram apresentadas sete propostas de redação do parágrafo único do artigo 11, sendo a
112 segunda proposta a escolhida e incorporada ao texto da proposta de resolução. Passaram ao
113 artigo 12 que trata da disponibilização de informações sobre águas subterrâneas. Comentaram
114 sobre o SNIRH, que organiza de forma sistematizada as informações enquanto os estados não
115 possuem uma formatação única. Comentaram sobre a impossibilidade de criar obrigações aos
116 estados. Alertaram que seria importante ter um padrão de linguagem computacional para que os
117 dados possam migrar com a devida compatibilidade pelos diversos sistemas de informação. Após
118 discussões, três propostas de redação para o artigo 12 foram selecionadas para votação e a
119 primeira foi escolhida, sendo incorporada ao texto. O artigo 13 foi suprimido por unanimidade,
120 com o comentário do **Sr. Eduardo Bessa (PETROBRAS)** que disse ser interessante a
121 aproximação da gestão de recursos hídricos, área ambiental e uso e conservação do solo. O **Sr.**
122 **João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** sugeriu a revisão final da resolução para posterior
123 formatação e encaminhamento à CTIL. Fez a leitura da proposta e abriu a palavra aos presentes.
124 Os representantes fizeram apenas modificações de forma e redação, sem alterar o conteúdo da
125 resolução que chegou à sua versão final. Terminado este item, o **Sr. João Carlos Simanke de**
126 **Souza (OTEP)** iniciou o *Item 4 – Assuntos Gerais*. Fez a leitura de um documento com
127 informações sobre os anseios da sociedade civil apresentada quanto as águas subterrâneas pela
128 **Sra. Lisiane Becker (ONG)**, com o seguinte conteúdo: 1 – preocupação em relação à
129 construção de obras de superfície (solo ou manancial hídrico superficial) sem considerar a
130 interferência sobre águas subterrâneas (considerados normalmente somente para EIA/RIMA de
131 grandes empreendimentos); 2 – ausência de área-piloto na região nordeste do RS – existe
132 concentração de estudos no projeto-piloto Rivera (Uruguai) – Santana do Livramento (Brasil); 3
133 – insuficiência de programas de sensibilização (educação ambiental formal e informal) voltados
134 à conservação das águas subterrâneas e sua correta exploração; 4 – há problemas quanto à
135 demora na concessão de licenças para a perfuração de poços, 5 – o que desmotiva o perfurador
136 credenciado frente à concorrência ilegal que perfura sem licença; 6 – ausência de fiscalização e
137 controle de poços tubulares abertos; 7 – ausência de cadastro sobre a quantidade de poços
138 tubulares legais e clandestinos; 8 – saneamento básico praticamente ausente em áreas de
139 fraturamento do Sistema Aquífero Guarani – SAG; 9 – desmatamentos em áreas de recarga e de
140 afloramento do SAG; 10 – falta de divulgação sobre resultados de estudos sobre o tema;
141 necessidade de padronização da legislação ambiental e das ações ambientais nas esferas federal,
142 estadual e municipal visando a maior clareza na interpretação de leis e reduzindo custos,
143 aumentando a eficiência e correção de excessos com acúmulo de notificações para o mesmo
144 evento contendo diferentes interpretações. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** pediu
145 aos presentes que refletissem de modo crítico sobre as informações apresentadas para alcançar as
146 necessidades da sociedade civil. O **Sr. Emanuel Teixeira (MME)** questionou o motivo da não
147 disponibilização das informações sobre as reuniões da CTAS e outras Câmaras, durante um
148 período efetivo para pesquisa, no sítio do CNRH – www.cnrh-srh.gov.br – como era feito
149 antigamente e como é feito no CONAMA. O **Sr. Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA)**
150 respondeu que o sítio do CNRH, quando não é atualizado no mesmo dia da reunião, é renovado,
151 no máximo, no dia seguinte à reunião. Esclareceu que o serviço do CONAMA é terceirizado, e
152 possui técnicos específicos para elaboração das atas e atualização das informações de seu sítio.
153 Disse que o CNRH possui restrições de espaço digital no sítio e limitações de hardware para
154 fazer o histórico de todas as reuniões e manter as diversas versões de propostas de resolução,
155 como acontece naquele fórum. Em seguida, nada mais tendo a ser discutido, o **Sr. João Carlos**
156 **Simanke de Souza (OTEP)** agradeceu a presença de todos e convidou os presentes para

157participar da Mesa Redonda “Contaminação de poços: causas e soluções” ministrada pelo Sr.
158Arnoldo Ginardi (CORSAN) e do “Debate sobre a Lei 11.445”, que trata de regras para o
159saneamento, com o debatedores Cecy Oliveira (Água online), Everton de Oliveira (Presidente da
160ABAS), Fernando Goulart (jurídico APEPP), Luiz Antônio Heck (Ass. Pref.) e Sérgio Antônio
161Gonçalves (Secretaria Nacional de Saneamento), as quais encerram a 58ª Reunião CTAS /
162CNRH da qual se extraiu esta ata que será lida e aprovada pelos membros participantes da
163próxima Reunião.

164

165 ATA APROVADA NA 59ª REUNIÃO, REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE FEVEREIRO DE 2008.

166

JOÃO CARLOS SIMANKE DE SOUZA

DANIEL MARTINELLI DUARTE

Presidente da CTAS

Relator

167